

## ***XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFJF***

### **Grande área:**

Ciências Sociais Aplicadas

### **Projeto:**

A DIPLOMACIA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS, PÓS-2006, EM ANÁLISE.

### **Autores:**

LUCAS TOLEDO FERREIRA SILVA (VIII PROVOQUE)

MANOELA CARNEIRO ROLAND (ORIENTADOR)

### **Resumo:**

O Projeto "Diplomacia Brasileira de Direitos Humanos, Pós-2006, em análise" tinha como principais objetivos, realizar um estudo aprofundado dos tratados de Direitos Humanos, assim como dos Sistemas de Proteção de Direitos Humanos, com ênfase no Sistema Interamericano, ao qual o Brasil se filiou em 1992, a fim de estabelecer os parâmetros protetivos à dignidade da pessoa humana, que deveriam ser implementados pelo Brasil, à luz dos compromissos internacionais e nacionais. Uma vez identificados estes padrões, faria-se uma análise do peso, a partir da presença e seu conteúdo, do discurso de Direitos Humanos veiculado pelo Brasil em sua Política Externa, através das divulgações de notas diplomáticas brasileiras pelo Itamaraty, assim como através de uma leitura do posicionamento brasileiro em seus votos no Conselho de Direitos Humanos da ONU, e em cumprimento às diretrizes, resoluções e sentenças advindas do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. O marco pós-2006 justifica-se, pois coincide com a própria criação do novo Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2006. Percebe-se que desde o governo Fernando Henrique Cardoso o discurso de defesa dos Direitos Humanos e participação dos principais fóruns de proteções dos mesmos, passou a ser um ingrediente importante a contribuir para a imagem do Brasil, como global player no sistema internacionais. Tal lógica é reproduzida nos governos Lula e Dilma Rousseff. Entretanto, o que se observou mediante os estudos comparativos efetivados, é que as posições brasileiras, no tocante a seus votos no Conselho de Direitos Humanos da ONU, e o cumprimento das diretrizes do Sistema Interamericano, muitas vezes mostraram-se incompatíveis com os fundamentos de Direitos Humanos e a importância a eles conferidas, discursivamente, pelo Brasil. Concluiu-se, portanto, que a Diplomacia Brasileira de Direitos Humanos, pós-2006, teve um caráter mais instrumental do que normativo e valorativo.